

A CHINA DIANTE DO “IMPÉRIO UNIVERSAL” DO OCIDENTE

Marcos Del Roio*

Os derradeiros anos do século XIX já antecipavam a seqüência de guerras imperialistas que seria uma marca distintiva de todo o século seguinte, até a destruição da Iugoslávia (que incluiu o bombardeio da embaixada chinesa) em 1999. Além da penosa e sangrenta Guerra dos Bôeres (1899-1902), na qual a Inglaterra havia se envolvido a fim de consolidar seu domínio na África do Sul, aqueles anos viram outros dois conflitos emblemáticos da trajetória do século XX. Um deles foi a guerra

de agressão desencadeada pelos EUA contra a Espanha (1898) com o objetivo de impedir a emancipação do que restava do velho império castelhano e apresentar-se como novo senhor de Cuba, Porto Rico e Filipinas, assim como forte candidato a senhor do mundo. Com o custo de milhares de vidas em sucessivos massacres, a ocupação do arquipélago filipino possibilitou aos americanos a montagem de uma base estratégica operacional próxima, tanto da esotraçada China quanto do nascente e ameaçador império nipônico.

Outro conflito de amplo significado foi a rebelião popular conduzida entre 1899 e 1901 pela sociedade secreta dos Punhos Harmoniosos (os



boxers) após o fracasso da última tentativa liderada pela camada dirigente do império chinês, visando contrastar a situação de indescritível humilhação e opressão à qual havia chegado a China. Em meio à desapiedada repressão do movimento pela ação combinada das potências do Ocidente, já que um acordo para a partilha da China não fora possível (diante da oposição dos EUA e da Rússia), acabou prevalecendo a proposta americana de garantir para todos as “portas abertas” do mercado chinês.

A China conseguira orgulhosamente resguardar-se da expansão imperial do Ocidente, cuja força concentrada encontrava-se principalmente em mãos do Estado inglês, até as primeiras décadas do século XIX. A derrota chinesa na Guerra do Ópio (1839-1842), desencadeada em nome da “liberdade de comércio” e da “liberdade” do povo chinês se inebriar de droga (com a defesa entusiástica dos liberais Tocqueville e Stuart Mill), começou a vergar o velho império oriental. Nas décadas seguintes, a China viu-se obrigada a aceitar uma série de iníquos tratados comerciais que praticamente entregavam seus portos e cidades portuárias ao controle da Inglaterra, França e dos EUA, aos quais logo viriam juntar-se a Alemanha. A fulminante derrota da China na guerra contra o Japão em 1894-1895 custou-lhe não só a formal vassalagem milenar da Coréia – que passou ao inimigo – como a posse da província de Taiwan.

* Professor de ciência política da FFC-Unesp, campus de Marília; presidente do Instituto Astrojildo Pereira.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n36.2224>

A crise e a guerra civil que se desenrolaram no núcleo do Ocidente, iniciadas em 1914 e que prosseguiram até 1945, tiveram como desdobramento decisivo a irrupção da revolução socialista internacional, iniciada no império czarista em 1917 e que, depois de difundir-se momentaneamente em direção ao Ocidente (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), ficou circunscrita à própria Rússia, deslocando-se em seguida para o Oriente asiático. Desse contexto de crise do Ocidente e de guerras imperialistas, tomaram vulto as duas maiores revoluções sociais do século XX: a revolução russa e a revolução chinesa.

Nem as rebeliões camponesas nem as tentativas das velhas classes dirigentes de contrastar a opressão da China obtiveram qualquer êxito diante da pressão do Ocidente liberal e imperialista. A tragédia da China era a expressão da desagregação da multimilenar forma social asiática sob o impacto da expansão da dinâmica do capital originado no Ocidente. Marx

havia notado – nos seus estudos conhecidos como *Formen* – que a durabilidade da forma asiática encontrava-se na sua capacidade de reprodução auto-sustentada, que articula agricultura a artesanato, cidade e campo, e que apresenta a comunidade como único proprietário real, tendo na figura do imperador a garantia da unidade entre as várias comunidades. Se a base material da vida tendia a se reproduzir sempre da mesma maneira, as alterações históricas dependeriam da guerra ou de transformações de caráter ético-religioso. E foi precisamente a guerra, o comércio e a ética egóico-proprietária do Ocidente que promoveram a dissolução da forma oriental e a submissão da China.

A queda final da dinastia manchu, em 1911, por obra de um movimento republicano, não pôs fim à sangria da China, que, em 1913, sofreu a secessão da Mongólia e um golpe militar que depôs o governo conduzido por Sun Yat-sen. As condições da luta sociopolítica na China sofreram alterações de monta em função da eclosão da guerra civil imperialista no coração do Ocidente e que envolveu tanto o Oriente russo quanto o Oriente externo submetido à sanha colonialista.

II

Enquanto o núcleo do Ocidente havia já alcançado o estágio imperialista da acumulação do capital desde as últimas décadas do século XIX, dividindo-se em opostos blocos político-militares e acirrando as contradições entre os monopólios e a disputa pelo mercado mundial, as formas sociais que sofriam o impacto dessa expansão imperial tendiam a se desagregar e a procurar opções para fazer frente a esse processo histórico. As regiões vitimadas pela expansão imperial do Ocidente conduzida pela dinâmica do capital e por alguns Estados imperialistas poderiam ficar reduzidas a simples colônias, organizar-se em Estados “nacionais” subalternos ou adentrar um processo revolucionário contraposto ao império do Ocidente.

A crise e a guerra civil que se desenrolaram no núcleo do Ocidente, iniciadas em 1914 e que prosseguiram até 1945, tiveram como desdobramento decisivo a irrupção da revolução socialista internacional, iniciada no império czarista em 1917 e que, depois de difundir-se momentaneamente em direção ao Ocidente (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), ficou circunscrita à própria Rússia, deslocando-se em seguida para o Oriente asiático. Desse contexto de crise do Ocidente e de guerras imperialistas, tomaram vulto as duas maiores revoluções sociais do século XX: a revolução russa e a revolução chinesa.

Embora surgidas de um mesmo contexto histórico geral, com desenvolvimento e circunstâncias ao mesmo tempo conflitantes e convergentes, é preciso marcar bem os diferentes troncos sobre os quais floresceram essas revoluções, até para que se possa entender a particularidade de cada uma e as conexões entre elas. Enquanto a forma oriental encontrava-se mais próxima do original substrato comunalístico e dissolveu-se sob o impacto do comércio e das armas do Ocidente, diante das quais a China foi obrigada a submeter-se, nos estudos de Marx o Oriente russo havia se constituído a partir de uma forma eslava mais avançada do que a forma oriental do ponto de vista da emancipação da individualidade. O contato com a forma feudal ocidental, sobredeterminada pela acumulação do capital mercantil desde o século XV, deu origem a uma particular forma de feudalismo oriental, consolidada no século XVII, cujas características principais eram a sobrevivência da comuna agrária e a necessidade de uma monarquia absolutista.

Esse feudalismo oriental começou a se desagregar na segunda metade do século XIX, sob o impacto da modernidade capitalista conformada no núcleo do Ocidente, dando início também ao desenvolvimento capitalista. A eclosão da guerra civil do Ocidente, de fundamento imperialista, acirrou todas as contradições presentes nesse Oriente que podemos considerar interno, não só porque havia realizado o trajeto do feudalismo, mas porque se encontrava envolvido diretamente na disputa interimperialista (incluindo a repartição dos espólios da China).

A radicalidade da crise do Oriente russo, entrelaçada com a crise do conjunto do Ocidente, possibilitou a ruptura da corrente imperialista pelo seu ponto mais débil (como desde logo Lênin perceberia) e o início da revolução socialista internacional. Embora a revolução socialista não pudesse deixar de ser internacional, a centelha foi acesa na Rússia pelo fato de ali ter encontrado algumas condições concretas que a tornaram possível, entre as quais se destacam a sobrevivência da propriedade comunal da terra, a existência de uma burguesia anti-revolucionária e dependente do Estado absolutista, um proletariado jovem e combativo, uma intelectualidade cuja única saída social era a revolução e, finalmente, a emergência do soviete como forma concreta de democracia socialista.

A expectativa de difusão da revolução socialista em direção ao centro da Europa revelou-se vã a partir de 1921, quando então a revolução ficou circunscrita ao Oriente russo. A Internacional Comunista (IC), que fora fundada em 1919 com o objetivo principal de defender a revolução na Rússia e coordenar as ações revolucionárias na Europa, viu sua atenção deslocada para o Oriente a partir de 1922, ainda que a preocupação maior permanesse sempre aquela original.

Derrotada a revolução socialista internacional e fundada a URSS no devastado território do antigo império russo, intentou-se, por meio da chamada Nova Política Econômica (NEP), a construção de um capitalismo monopolista de Estado sob direção do partido operário, tendo como base social a aliança operário-camponesa. Essa investida pressupunha a existência da pequena produção mercantil no campo e a estatização dos grandes meios de produção e do comércio exterior. O objetivo era elevar o padrão econômico e cultural dos povos soviéticos incor-

porando a ciência e a técnica do Ocidente, ainda que à custa de largas concessões ao capital imperialista. Essa fase deveria durar até que a revolução socialista internacional retomasse fôlego, possibilitando então uma nova conexão do isolado Oriente soviético com o movimento revolucionário.

Embora já no período da NEP essa perspectiva – que parece ter sido a de Lênin – fosse muito polêmica, o fato é que não persuadiu o conjunto do grupo dirigente do PCR(b), tendo implicado mesmo a sua fratura e o fracasso de todo o desenho estratégico. A difidência de Trótski, num primeiro momento, e depois a convicção de Stálin de que a crise capitalista levaria a uma rápida retomada da revolução socialista fizeram com que a perspectiva da NEP como programa estratégico de desenvolvimento da URSS por um longo período fracassasse, tal como defendia Bukharin, a despeito de suas dificuldades econômicas intrínsecas.

Vitoriosa a leitura de Stálin – ainda que se revelando em pouco tempo um equívoco de graves resultados –, a URSS, procurando antecipar-se aos conflitos inexoráveis que a retomada da revolução socialista internacional apresentaria, empenhou-se num programa de industrialização acelerada e na coletivização dos campos. Que o resultado dessa revolução tenha sido a restauração, sob novas vestes e com novo conteúdo, do velho Estado absolutista russo e a submissão tanto da classe operária quanto do campesinato a formas de exploração análogas à mais-valia absoluta, não estava, no entanto, no objetivo consciente dos atores.

III

A guerra civil irrompida no núcleo do Ocidente implicou um relativo enfraquecimento da presença na China da Alemanha, França e Inglaterra, em benefício dos EUA e principalmente do Japão, que a partir de 1916 acelerou sua política expansionista sobre o território chinês. Ao mesmo tempo, na prática, deixava de existir um governo central na China, fragmentada entre vários “senhores da guerra” que se apoiavam em diferentes potências imperialistas.

A China não poderia deixar de receber o impacto da crise do Ocidente e da revolução socialista desencadeada na Rússia, ampliando-se a resistência à dominação imperialista. Logo em 1919, o Guomi-

tang se reorganizou, assim como surgiu o Movimento 4 de Maio, embrião do Partido Comunista da China (PCCh), fundado em 1921. Essas duas organizações, com apoio da IC, compuseram uma frente única nacional antiimperialista consolidada no I Congresso do Guomintang (1924), que tinha em Cantão sua base operacional. Tanto o dirigente nacionalista Sun-Yat-sen quanto o fundador do PCCh, Chen Duxiu, tinham no horizonte a perspectiva de uma China nacional, democrática e “ocidentalizada” no que tange à incorporação de valores culturais gerados pelas revoluções burguesas e pelo peso que deveriam ter as camadas sociais urbanas na condução do processo.

Logo após a morte de Sun Yat-sen, ocorrida em março de 1925, o movimento operário dirigido pelos comunistas passou para a ofensiva na luta antiimperialista, dando início a um período revolucionário que se estenderia até o desenlace trágico de dezembro de 1927, quando Chen Duxiu havia já sido substituído no cargo de dirigente do PCCh. No entanto, a mesma vertente de intelectuais marxistas de formação européia continuou na condução do partido até 1931, quando o grupo dos “jovens estudantes”, formados em Moscou, assumiu a direção. É de se notar, contudo, que também esse grupo defendia a centralidade da classe operária urbana no processo revolucionário, diferenciando-se pela recusa em entabular alianças com setores burgueses.

Ainda que a IC tivesse defendido a necessidade de reprimir a ofensiva operária sob pena de fraturar a frente nacional e provocar a intervenção armada inglesa, pode-se dizer que o realinhamento estratégico do Guomintang, sob o comando de Chiang Kai-shek era inevitável. O essencial passava a ser uma aliança subalterna com a mais forte das potências imperialistas, os EUA, com capacidade de ajudar na resistência ao avanço japonês, e a formação de uma república chinesa “ocidentalizada”, em oposição tanto ao Japão quanto à URSS. Diante disso não restou aos comunistas a alternativa que não fosse desencadear a guerra contra o novo governo nacional chinês, mesmo à custa de um sem-número de derrotas.



毛泽东

Mao Tsé-tung

Havia ainda no nascente marxismo chinês uma vertente mais imbricada com as tradições culturais do país, que talvez pudesse ser designada como “oriental” e que buscava despertar o potencial revolucionário presente no campesinato. Esse marxismo “oriental”, marcadamente eclético, teve primeiro em Li Dazhao e depois em Mao Tsé-tung seus formuladores. Desde a derrota dos comunistas no desenlace da revolução nacional de 1925-1927, as diferenças estratégicas decorrentes das análises dessas duas vertentes do marxismo na China foram aos poucos se esclarecendo.

A vertente “ocidentalista” original privilegiava o papel do movimento operário e das cidades, assim como a aliança com a burguesia industrial.

Com a derrota e a imposição de uma nova direção formada na URSS definiu-se pela continuidade da concepção teórica da hegemonia do proletariado no processo revolucionário, pela ruptura com quaisquer setores da burguesia e por uma tática militar ofensiva centrada nas cidades. O grupo articulado em torno de Mao Tsé-tung, que proclamou uma república soviética em 7 de novembro de 1931, por sua vez, defendia a centralidade do campo e uma tática de guerra de movimento, assim como a execução de alianças transitórias com o campesinato abastado, a fim de isolar os grandes latifundiários.

A tendência de Mao acabou por predominar a partir de 1935, num momento em que os comunistas pareciam perto de serem exterminados pelas tropas do Guomintang, cujo governo vinha cedendo diante da penetração japonesa na Manchúria. A generalizada invasão japonesa mostrou que a tática comunista de fundar as bases estratégicas no campo era a mais adequada para a defesa e para organizar o contra-ataque, ainda mais que a Longa Marcha de 1934-1935 havia já deslocado a base operacional da guerrilha comunista para o Norte.

O Guomintang, cujo núcleo de poder sempre estivera no Sul do país, só se envolveu mais efetivamente na luta contra os japoneses a partir do momento que os EUA obrigaram uma clara definição de campo no conflito interimperialista. As opções

postas para a China eram a divisão entre o Sul sob o governo do Guomintang aliado aos americanos e o Norte sob controle japonês, mas crescentemente fustigado pela guerrilha comunista com ampla sustentação no campesinato. A derrota final do Japão deixou a China dividida entre um Guomintang inteiramente submisso ao poder imperialista dos EUA e as zonas revolucionárias controladas pelo Exército Popular de Libertação (EPL).

A impossibilidade de qualquer conciliação entre a frente única nacional-popular forjada pelos comunistas, particularmente ao longo da guerra de resistência antinipônica, levou ao confronto as forças que lutavam pela unidade do país e pelo resgate da dignidade dos povos da China e as decompostas classes dominantes que se entregavam de bom grado a um ou outro poder imperialista. O cerco das cidades pela guerrilha possibilitou a rápida revivescência do movimento operário, a ocupação das cidades pelo exército camponês e, por fim, em outubro de 1949, a instauração da República Popular da China. Enquanto isso, o derrotado exército do Guomintang, com respaldo dos EUA, invadia a província insular de Taiwan.

IV

Apenas instaurada, a Nova Democracia ocupou-se em eliminar as classes dominantes decaídas, responsáveis pelo esquiteamento mais que centenário da China, dar a posse da terra aos camponeses, reorganizar a produção e o Estado, perseguir a unidade territorial do país e inserir-se no chamado “campo socialista”. O latifúndio foi estirpado, assim como todos os grandes meios de produção pertencentes ao capital imperialista ou à burguesia chinesa que havia se associado aos diversos imperialismos foram estatizados. O Partido Comunista e o EPL tornaram-se os dois grandes pilares do novo Estado, que perseguiu sem cessar a extensão da sua soberania para todo o território da China.

Se a incorporação de Taiwan foi impedida, em 1950, pela presença da frota americana, no ano seguinte o Tibete retornou à China, cujo poder revolucionário aboliu as ainda vigentes relações de servidão a que estava submetida a maior parte do povo, assim como a teocracia, ao mesmo tempo em que procurou preservar a identidade cultural daquela região. Num mesmo movimento, a China procurou

inserir-se no chamado “campo socialista”, que então se formava, em boa medida em função da própria vitória da revolução nacional-popular, e dar início à confrontação com o “império universal” do Ocidente, agora conduzido pelos EUA. A China, nesse contexto, ao mesmo tempo em que procurou vincular-se à URSS, prestou seu apoio à luta da Coréia do Norte pela unificação do país e contra a ocupação americana.

O consenso imposto no chamado “campo socialista” da importância do desenvolvimento das forças produtivas, não só para superar os efeitos do atraso e do longo período de guerra do qual esses regimes haviam surgido, mas também para preparar-se para um possível novo confronto com o império do Ocidente (que agora englobava também o Japão), atingiu também aos comunistas chineses. Desse entendimento surgiu o primeiro plano quinquenal que promoveu um significativo crescimento industrial, mas também beneficiou os camponeses mais ricos em detrimento dos mais pobres. A partir da constatação desse resultado, que afetava a base fundamental de sustentação social do regime – que coincidia com a reordenação política do “campo socialista”, decorrente do XX Congresso do PCUS e que possibilitava maior autonomia dos Estados componentes –, o aparente consenso na direção do Partido Comunista que vinha desde a guerra de resistência antijaponesa rompeu-se.

A vertente “oriental” do marxismo chinês desde a Longa Marcha e da guerra de resistência antijaponesa vinha predominando amplamente em função da derrota da tática desenvolvida pelas variantes “ocidentalistas” e por ter-se demonstrado cabalmente mais adequada para estabelecer o nexos entre a luta de libertação nacional-popular, as transformações das relações sociais e a conquista do poder. Ao contrário da visão clássica do marxismo revolucionário, o “socialismo oriental” entendia que na

Se a incorporação de Taiwan foi impedida, em 1950, pela presença da frota americana, no ano seguinte o Tibete retornou à China, cujo poder revolucionário aboliu as ainda vigentes relações de servidão a que estava submetida a maior parte do povo, assim como a teocracia, ao mesmo tempo em que procurou preservar a identidade cultural daquela região.

aliança operário-camponesa a hegemonia deveria caber ao campesinato e que seus interesses deveriam subordinar a forma e o ritmo do desenvolvimento das forças produtivas. Como sua perspectiva de radicalização da revolução coincidiu com a ênfase dos “ocidentalistas” no desenvolvimento das forças produtivas, o convívio entre essas duas correntes foi ainda possível por algum tempo após a conquista do poder e a reconstrução imediata.

A campanha convocada por Mao para submeter o partido à atividade crítica das massas possibilitou a exposição de seus adversários e o estabelecimento do programa socioeconômico, chamado de “grande salto à frente” e com intenções voltadas para os interesses das massas camponesas.

Para os “ocidentalistas”, o desenvolvimento das forças produtivas deveria ser a prioridade, pois que se tratava de combater o atraso cultural e a miséria absoluta, criando as bases materiais para o socialismo, ainda que com a persistência de desigualdades sociais de alguma monta. Em tal caso, na China, deveria se conformar um

capitalismo monopolista de Estado sob a condução do poder revolucionário e sob a “hegemonia do proletariado”. Quando os resultados do plano quinquenal apontaram o sacrifício relativo do campesinato pobre, a base social fundamental da revolução chinesa, as diferenças entre as duas grandes vertentes do marxismo e da revolução voltaram à tona, agora sob a égide da disputa sobre a via da transição socialista.

Durante 25 anos foi travada uma intensa luta entre essas tendências com desdobramentos no desenvolvimento socioeconômico, na organização do Estado e nas relações internacionais da China. A linha do socialismo oriental agrário predominou na maior parte desse tempo em função da presença dificilmente contestável de Mao Tsé-tung, a grande liderança da guerra de

libertação, mas que foi por fim derrotada, após a morte do “timoneiro”. Por vezes pareceu que a China estivesse às portas de uma fratura insanável e de graves proporções no núcleo dirigente da revolução, assim como esteve perto da guerra. Pode-se aventar a hipótese, porém, de que nas instituições básicas do regime (o PCCh e o EPL) houve um quase consenso em torno da questão do afastamento em relação à URSS e ao “campo socialista” e da proposição da China como um poder soberano próprio, com alianças móveis no cenário internacional.

A campanha convocada por Mao para submeter o partido à atividade crítica das massas possibilitou a exposição de seus adversários e o estabelecimento do programa socioeconômico, chamado de “grande salto à frente” e com intenções voltadas para os interesses das massas camponesas. Formaram-se as comunas populares – que em muito lembravam a forma social oriental analisada por Marx um século antes –, com o objetivo manifesto de articular produção agrícola e manufatura numa mesma grande unidade produtiva, assim como diminuir a distância entre trabalho manual e intelectual. Nesse *socialismo agrário de Estado*, parafraseando Marx, apenas o déspota seria a ligação entre as comunas e o símbolo de sua unidade. A analogia com a época de Stálin, na URSS, quando o autocrata exercia o permanente terror policial sobre o partido e a burocracia, também é perceptível. Apenas a disputa acirrada entre as tendências impediu que isso se realizasse plenamente.

As dificuldades e as resistências a esse projeto não demoraram a se fazer sentir. Por se opor, o ministro da defesa Peng Te-huai foi substituído por Lin Piao, nome próximo a Mao. Em compensação,

este teve de ceder o cargo de presidente para Liu Schaoqi e afastar-se das definições da política econômica. Em 1960 ocorreu a ruptura política entre os partidos comunistas da URSS e da China, assim como entre os respectivos Estados. A retirada abrupta da ajuda soviética agra-



vou a situação socioeconômica da China, vitimando milhões de pessoas pela fome e debilitando ainda mais a posição de Mao.

O enfraquecimento relativo dos fatores do socialismo de Estado ao estilo “oriental” possibilitou uma reorientação política que retirou poder decisório direto dos trabalhadores, estimulou as relações mercantis, valorizou o ensino técnico e privilegiou a industrialização do país. Os maoístas, por seu turno, desencadearam uma ofensiva ideológica e cultural que criticava o burocratismo e defendia os princípios igualitários. Contava, com isso, mobilizar a base social do partido, ancorada nas massas camponesas, denunciando a preterição da maioria social no interior da frente única nacional-popular que conduzia o Estado.

A hierarquia militar no EPL fora revogada já em 1965 e em meados de 1966 a direção central do PCCh, após intensa movimentação na Universidade de Pequim, viu-se constringida a lançar a “grande revolução cultural proletária”. O clima de radicalização e ofensiva ideológica, cujo principal instrumento de mobilização foram as Guardas Vermelhas, atingiu altos dirigentes do partido e do Estado, entre eles Liu Shaoqi, Chou En-lai, Chu Teh e Deng Xiaoping que foram obrigados a se retratar publicamente de suas posições políticas. Com isso, Mao pôde retomar o controle do partido no IX Congresso, realizado em 1968, conseguindo o apoio do “centro”, encarnado em Chou En-lai. Era necessário agora diminuir a influência de Lin Biao que acabou sendo eliminado em 1971, acusado de tentar uma reaproximação com a URSS. (É bastante possível que tenha sido assassinado, num cenário forjado, por se opor ao refreamento da “revolução cultural” e à aproximação diplomática com os EUA.)

Retomado o controle do partido por parte dos maoístas, tratou-se de implementar o *socialismo agrário de Estado* com a abolição das relações mercantis e da propriedade privada, a nacionalização completa dos meios de produção e a transferência do poder decisório para as instâncias locais. O esforço de consolidação desse projeto exigiu também o arrefecimento da conflitualidade social e política presente na primeira fase da “grande revolução cultural proletária”. Nessa perspectiva, a defesa do país estaria garantida pela enorme massa camponesa, que, pelo número e combatividade, seria capaz

de suprir a deficiência tecnológica relativa em armamentos, além do fato de se supor que novas guerrilhas camponesas, inspiradas na China, pudessem aparecer com força em outras regiões da Ásia e do mundo.

A morte, em 1976, de Mao Tsé-tung, Chu Teh e Chou En-lai reacendeu a luta de tendências no interior do partido, em meio ao fracassado esforço de Hua Guofeng de manter a unidade partidária a partir de uma posição “centrista”. Na verdade, a vertente favorável ao predomínio das cidades e da indústria no interior da frente única nacional-popular passou à contra-ofensiva desde a cerimônia do sepultamento de Chou En-lai, quando houve confronto com os maoístas radicais da antiga Comuna de Xangai. A prisão do chamado “bando dos quatro” e a reabilitação de Deng Xiaoping selou a aliança entre o “centro” e a “direita” do PCCh. A condenação à morte do “bando dos quatro”, depois comutada em prisão perpétua, foi seguida pelo afastamento de Hua Guofeng e pela ascensão de Deng ao comando do partido. Encerrava-se assim, com a derrota do *socialismo agrário de Estado*, o conflito entre duas diferentes visões da transição socialista na China, abrindo uma nova fase cujas implicações colocam desafios e riscos de grande monta.

A morte, em 1976, de Mao Tsé-tung, Chu Teh e Chou En-lai reacendeu a luta de tendências no interior do partido, em meio ao fracassado esforço de Hua Guofeng de manter a unidade partidária a partir de uma posição “centrista”.



Aos poucos foi-se impondo na China uma grande e bem-sucedida NEP, cuja implicação foi a conformação de um capitalismo monopolista de Estado, entendido como primeira e necessária fase da transição socialista num país agrário, numa posição que faz recordar as reflexões de Bukharin, nos anos 20, sobre o desenvolvimento da URSS nas condições de contenção da revolução socialista e de ofensiva global do capital imperialista. Bukharin procurou aprofundar algumas observações deixadas por Lênin sobre a impossibilidade de uma transição socialista acelerada após a derrota da revolução na

Alemanha, a qual poderia transferir ciência e tecnologia com alguma rapidez para o Oriente russo. Já que a aliança operário-camponesa efetivada na Rússia não pôde se estender ao proletariado alemão, tratava-se de, por um lado, consolidar a base social da revolução na Rússia, atendendo à demanda dos camponeses, e por outro, estabelecer relações com o capital imperialista até que a revolução socialista retomasse impulso.

A NEP chinesa, pelo menos até agora, tem mostrado que um capitalismo monopolista de Estado conduzido pelo partido comunista e por uma frente única nacional-popular – ainda que com notáveis contradições no seu seio – pode obter resultados econômicos e sociais importantes. O fracasso das duas tentativas de implantação de um capitalismo monopolista de Estado na URSS, uma após a derrota da revolução socialista internacional de 1917-1921 e outra, nos anos 80, como tentativa de solução para a crise do socialismo de Estado, que culminou na catástrofe da desintegração do país, pareciam indicar a pequena viabilidade dessa escolha.

Os objetivos da revolução chinesa de completar a unidade nacional e garantir dignas condições de vida para o conjunto da população não foram abandonados com a adoção dessa nova estratégia. Pelo contrário, surgiu como uma fórmula capaz de incorporar, por meio da economia, os chineses que vivem nos países da Asean, além dos territórios que deveriam ser reincorporados ao Estado chinês, como o caso de Hong Kong (recuperado em 1997), Macau (recuperado em 1999) e Taiwan. Essencial seria a captação de tecno-

logia articulada a uma maior inserção da China no mercado mundial do capital, cuja implicação necessariamente teria que ser uma reorientação do pólo hegemônico da frente única para as classes urbanas, inclusive a burguesia – que nunca estivera extinta –, em detrimento relativo do campesinato.

As Zonas Econômicas Especiais foram criadas com esse objetivo nas regiões costeiras, nucleadas nas grandes cidades e particularmente naquelas próximas a Hong Kong, Macau e Taiwan que, juntamente com a emigração chinesa, constituem a chamada Área Econômica Chinesa (AEC). O comércio exterior da China aumentou muito e com uma balança em superávit, o capital estrangeiro passou a ver com interesse a economia de maior crescimento num mundo tendencialmente estagnado. A rápida industrialização permitiu também a produção de bens de consumo para o mercado interno.

O contato com o mercado mundial e a necessidade de elevação da produtividade do trabalho torna ineficiente uma grande parte das empresas estatais, que estão sendo repassadas para uma burguesia que se fortalece economicamente, mas não tem qualquer condição – pelo menos até agora – de controlar o poder estatal. Assim, a classe operária industrial tem crescido de maneira significativa dentro de um padrão de exploração capitalista e enfrentado o desemprego derivado da reestruturação produtiva. Os baixos salários e a longa jornada de trabalho são compensados pela seguridade social que garante educação e saúde gratuitas, além de alimentação, vestuário, habitação e transporte a preços irrisórios.

Ainda que muito aquém do setor urbano-industrial, as zonas agrárias têm mantido um nível de crescimento estável, o que indica como o eixo da frente única se deslocou para as camadas urbanas. A organização da produção agrícola desenvolve-se de acordo com os interesses da maioria dos camponeses, com o Estado preservando a propriedade coletiva dos meios de produção, garantindo infra-estrutura e assistência técnica e possibilitando que o excedente seja comercializado no mercado. Aparecem desníveis sociais mais ou menos acentuados e há um impulso para migração em direção às zonas urbanas mais ricas e cheias de oportunidade da costa.

A reorganização da base produtiva da China altera as relações entre as forças sociais que compõem a frente única nacional-popular, que corre riscos permanentes de ruptura. A unidade da frente e a gestão de sua dramática conflitualidade interna só podem ser geridas por uma força política concentrada como é o caso do PCCh. Qualquer ruptura

A NEP chinesa, pelo menos até agora, tem mostrado que um capitalismo monopolista de Estado conduzido pelo partido comunista e por uma frente única nacional-popular – ainda que com notáveis contradições no seu seio – pode obter resultados econômicos e sociais importantes.

nesse monopólio teria como implicação a fragmentação da China, de modo que a existência de um EPL capaz de garantir a unidade do país e seus objetivos estratégicos é fundamental. A força armada do Estado chinês foi reestruturada depois de mostrar sua cabal ineficiência em 1979, contra as forças auxiliares do exército do Vietnã.

VI

A grande “NEP” chinesa tem coincidido com a mundialização do capital, com o chamado globalismo neoliberal e com o esforço do Ocidente liberal, capitaneado pelos EUA, enfim realizar seu “império universal”. Após a virtual colonização do antigo império oriental socialista centrado na URSS pelas instâncias do capital financeiro, a China ficou sendo a “última fronteira”. Para o capital mundializado em crise de valorização, o mercado chinês parece representar uma alvissareira sobrevida.

A opção do partido comunista pela via do capitalismo monopolista de Estado poderia indicar que esse decidiu por ser a salvação do grande capital e transformar seu passado revolucionário apenas em mito. Mas é preciso então considerar o fato de o projeto do “império universal” e do globalismo neoliberal não aceitarem qualquer forma de Estado nacional de dimensões e que preserve sua soberania intacta. Daí encontrar-se a China sob permanente pressão imperialista, visando sua desintegração e o retorno da opressão e da humilhação da qual a revolução conseguiu libertá-la.

Antes de tudo, a pressão imperial visa impedir o retorno da província de Taiwan à soberania chinesa, insistindo na tese da “independência” da ilha. O governo chinês tem reafirmado sua proposta de acolher Taiwan, respeitando as características sociais adquiridas nesse meio século de desenvolvimento capitalista. Essa foi a forma que a China se comportou em relação a outros territórios: aguardou o vencimento dos tratados que garantiam o controle da Grã-Bretanha sobre Hong Kong e de Portugal sobre Macau para, em seguida, incorporá-los mantendo suas formas sociais. No caso de Hong Kong a resistência política dos ingleses fez-se sentir até o último instante.

O Tibete faz parte do território chinês há muitos séculos e, não obstante, a partir da guerra do ópio o Ocidente liberal imperialista tenta retirar a soberania chinesa sobre esse território que deveria servir de

rota do tráfico infame da droga e nexo entre o domínio britânico na Índia e na China. No decorrer da guerra civil que levou os comunistas ao poder, os EUA treinaram “guerrilheiros” tibetanos para resistir ao movimento revolucionário, assim como estiveram por trás do fracassado levante de 1959 que levou o Dalai Lama ao exílio.

Por séculos considerado pelo Ocidente um exemplo de obscurantismo, o regime do Dalai Lama foi subitamente convertido pelos meios de comunicação de massa do Ocidente liberal em exemplo de “espiritualidade”. A república chinesa, ao reconhecer a identidade cultural dos tibetanos, vê-se obrigada a refrear o desenvolvimento econômico e a tolerar a sobrevivência das castas, além de costumes como o que veta o sepultamento dos plebeus mortos que ficam à disposição de aves que se alimentam de carniça, empreendendo apenas um esforço educativo e sanitário de proporções significativas.

Um caso mais recente, associado à desintegração da URSS, encontra-se na região do Xinjiang, onde apareceu um movimento separatista muçulmano com base social insignificante e que visa à aproximação com o Turquestão. Os grandes investimentos em infra-estrutura têm garantido o apoio dos uigures – povo que habita a região – ao poder estatal que tem também promovido um movimento migratório em direção a essa região subpovoada. A expectativa dos EUA e de todo o Ocidente liberal é de que o impulso autonomista que estraçalhou a URSS passe também para a China, mas de uma maneira mais controlada.

Pensa-se num movimento convergente que parta de Taiwan, Hong Kong, Tibete e Xinjiang e promova a derrocada do regime nacional-popular, o desmembramento do país e a integração subalterna ao mercado mundial do capital das fatias mais promissoras, deixando o resto ao abandono. Aliás, precisamente um mundo inteiramente balcanizado, no qual apenas os EUA podem existir como grande país, justamente

O Tibete faz parte do território chinês há muitos séculos e, não obstante, a partir da guerra do ópio o Ocidente liberal imperialista tenta retirar a soberania chinesa sobre esse território, que deveria servir de rota do tráfico infame da droga e nexo entre o domínio britânico na Índia e na China.

o único com capacidade e força para definir o que o resto do mundo pode ou não fazer, é que compõe o desenho estratégico e geopolítico do “império universal” do Ocidente. Daí não serem estranhas as pressões que se desenvolvem atualmente visando à fragmentação também da Indonésia.

Nesse projeto, a burguesia chinesa, sem dúvida, mais uma vez, teria que ser vista como co-responsável pela fragmentação da nação e por uma catástrofe

humana de dimensões planetárias. Não deve ser esquecida ainda a adulação endeçada a alguns intelectuais “dissidentes” que se prestam ao uso do “império universal” do Ocidente liberal capitaneado pelos EUA. Esses ganharam destaque nos meios de propaganda do Ocidente liberal após o fracasso do instrumentalizado movimento estudantil de 1989. Na ocasião, os EUA captaram a oportunidade de, num único movimento, dar início à desintegração da

URSS, da Iugoslávia e da China. No caso do heterogêneo movimento dos estudantes, a direção do PCCh negociou até o limite de colocar em risco sua capacidade de dirigir e integrar o país. A decisão lamentável, porém tornada incontornável, de reprimir o movimento, criou um desgaste internacional e possibilitou a indústria de “dissidentes”, mas não bloqueou o processo de institucionalização dos direitos civis e políticos.

O desenvolvimento das forças produtivas e do mercado do capital e a possibilidade de incorporação de Taiwan, na seqüência de Hong Kong, estão sedimentando um notável fortalecimento social e econômico da burguesia chinesa. Por hora essa burguesia encontra-se fora do poder político, mas não é uma hipótese a ser descartada que essa classe

venha a tomar a direção do Estado, num contragolpe da guerra perdida em 1949, ou então pela sua capacidade de fazer valer seus interesses pela própria direção do partido comunista, desenlace que, segundo muitos analistas, teria já sido alcançado. Nesse último caso, o socialismo teria saído do horizonte histórico e a China, cedo ou tarde, assumiria seu rosto nacionalista.

Mas não estaria a China procedendo o caminho de uma arriscada mas bem delineada estratégia, a única possível no contexto da ofensiva global do capital e de debandamento das forças do trabalho e da revolução socialista? A proposição dos comunistas chineses é a de reafirmar que, diante do fracasso da revolução socialista no Ocidente liberal e dos intentos de construção imediata do socialismo em países atrasados sob pressão imperialista, a única via possível é a de proceder uma “acumulação socialista originária” no seio de um capitalismo monopolista de Estado (um capitalismo de transição).

Trata-se então de desenvolver as forças produtivas do capital sob controle do partido comunista, o qual garante a “justa” distribuição dos bens materiais e culturais, enquanto aguarda o possível enfraquecimento global do capital e do poder imperial, enredado em graves contradições que antecipam o ressurgimento de movimentos político-culturais antagônicos (que certamente incidirão sobre a própria China). As freqüentes campanhas ideológicas contra os valores liberais e burgueses indicam a determinação em seguir ainda por esse caminho. Se é esse o caso, a verdade é que a China se insere no processo de mundialização do capital, sendo mesmo sua última fronteira, mas representa também o único grande território que escapa às diretas determinações do “império universal” do Ocidente liberal e das instâncias do grande capital financeiro global. E é exatamente por isso que há uma tendência ao aumento das provocações diplomáticas e militares por parte dos EUA contra a China.

Mas não estaria a China procedendo o caminho de uma arriscada mas bem delineada estratégia, a única possível no contexto da ofensiva global do capital e de debandamento das forças do trabalho e da revolução socialista?